



Observação e descrição na gênese do significado*

*Carlos Tabbia***, Barcelona

O trabalho aborda a questão clínica de psicopatologias que apresentam como problemática principal a dificuldade para pensar. Segundo o autor, essa dificuldade se origina de uma incapacidade para alcançar o simbólico por uma falha anterior, que se dá na própria observação dos fatos. Realiza um estudo profundo acerca dos fenômenos de observação e descrição dos fatos, definindo-os como preliminares essenciais para se atingir o simbólico. Por fim, afirma a interpretação como descritiva e, desde aí, salienta a importância de o analista suportar conviver com a incerteza e o enigmático, para chegar a utilizar-se da intuição.

Descritores: observação, descrição, significado, intuição, simbólico.

* Trabalho apresentado no Encontro Internacional de Barcelona sobre Geração do significado na experiência analítica: mistério, turbulência e paixão. Organizado pelo Grupo Psicanalítico de Barcelona para celebrar o 80º aniversário de D. Meltzer. 18-20 de outubro de 2002.

** Membro do Grupo Psicanalítico de Barcelona.



Carlos Tabbia

O campo da clínica está se expandindo com pacientes que acodem em busca de ajuda devido à sua dificuldade para pensar. Num mundo que promove o imediatismo, a ação, a satisfação imediata do desejo, que oferece como valor a sensualidade e que considera válido o relativismo do *vale tudo*, estes pacientes podem ver-se jogados entre a obediência às ordens das modas e o sofrimento perante seus fracassos vitais; também têm dificuldade em se desenvolver porque têm problemas para aprender, compreender, imaginar...que marcam sua vida e desvalorizam sua auto-estima.

A incapacidade para pensar é diferente do ataque ao pensamento ou à mente. Para atacar se recorre às mentiras, à linguagem enganosa e às experiências ambíguas que geram confusão ou à espoliação do significado das palavras. Na incapacidade para pensar, pode-se preencher os vazios com fabulações que se transformam em futuras armadilhas... Esses vazios devem ser o ponto de partida para ajudar esses pacientes. Os vazios são a incapacidade para observar os fatos; se não se percebem os fatos, não será possível construir um significado a partir do pensar sobre o observado; e se não se observa além do aparente, chegar-se-á a conclusões que não poderão ser falseadas (cf. Popper), com o que se alimenta o terreno das ambigüidades e confusões.

Estas pessoas com incapacidade para pensar carecem do equipamento cujas ferramentas seriam a analogia, as perspectivas reversíveis, a multiplicação dos vértices e a capacidade negativa que, no dizer de Meltzer e Meg H. Williams (1985), são os requisitos que Bion reclama para investigar o indivíduo-como-grupo, no primeiro volume de *Memórias do Futuro* (1991). O homem *concreto* ou *de fatos*, como alguns obsessivos ou os querelantes estão afastados ou impossibilitados de se interrogar sobre si mesmos; mas quem não conserva áreas não mentalizadas de nossa mente-grupo? Como dizia no começo, o campo da clínica está se expandindo...pois todos temos vazios.

A linguagem

Na relação clínica, a linguagem pode se transformar num labirinto; usamos a linguagem para nos comunicarmos, mas, ao mesmo tempo, é um meio para não nos comunicarmos. Isto se torna mais evidente com aqueles pacientes que são hábeis em falar de tudo e não dizer nada. E o contrastante é que nosso instrumento terapêutico é a linguagem. Não poucas vezes ficamos indefesos frente àqueles que “(...) sabem brincar com as palavras, com freqüência as corrompem” (W.





Shakespeare, *Noite de Reis*, Ato III, Cena 1).

Os obsessivos são, talvez, os que mais brincam com as palavras. Ao abandonarem as emoções, trabalham somente com fatos e podem se tornar abusivamente querelantes, utilizando meios enganosos no uso da língua para vencer o oponente, por exemplo, um recurso é trocar o valor e o significado das coisas. Os obsessivos não podem trabalhar com símbolos que captam o significado das coisas, só usam metáforas, comparações ou diferenciações, paráfrases, reformulações, etc., criando uma sucessão vertiginosa de palavras que pretendem envolver. Também as pessoas que operam com a função alfa, em reverso, costumam produzir uma grande quantidade de palavras muitas vezes aglomeradas, com o fio simbólico condutor destruído.

Os sofistas eram mestres no jogo das palavras¹. Platão (Bergua, 1968), que tanto os odiava, apresenta suas bases frágeis no *Eutidemo*. Frente à produção sofista, Platão, através de Sócrates, afirma (173) “(...) que é preciso aprender o significado exato das palavras”, embora em continuação advirta ao surpreso pupilo Kleinias que as argumentações dos sofistas “(...) são um simples divertimento, e por isso eu afirmava que brincavam contigo. E digo, trata de entendê-lo bem, uma *brincadeira*, porque, por mais noções do mesmo gênero que se adquirissem, e ainda que se adquirissem todas, nem por isso estaríamos mais adiantados sobre a natureza das coisas. Ou seja, unicamente, estaríamos em situação de brincar com as pessoas utilizando os diversos sentidos das palavras com o objetivo de enganá-los, do mesmo jeito que fazem aqueles que se divertem tirando a cadeira quando vamos sentar sem outra intenção que ver-nos cair de costas” (p.202-203). O jogo dos sofistas é muito parecido com as argumentações dos que pretendem tirar-nos da nossa poltrona de analistas. Mas a luta contra o conhecimento de nós mesmos é própria da natureza humana. Como dizem D. Meltzer e Meg Harris Williams (1985), “Somos obrigados a seguir adiante para explorar as formas em que a capacidade para pensar pode sofrer interferência de um, igualmente, preciso mal uso da linguagem (...). A obscuridade da linguagem que trata de descrever o ultra e infra-sensual opõe-se à linguagem enganosa (*trick*) que poderia obscurecer precisamente pensamentos obscuros já formulados. A procura das técnicas para o obscurantismo preciso monta-se, contudo, a serviço de aprender como detectar seu funcionamento para evitar que conheçamos nossos próprios pensamentos e signi-

1. Na nota preliminar ao *Eutidemo* de Platão, J.B. Bergua (1968) enumera as bases dos jogos de palavras: “...anfibologias puramente acidentais devidas a uma particularidade de sintaxe, algumas vezes; duplo sentido, que naturalmente oferecem, com frequência, certas palavras; confusão da palavra com a realidade da coisa expressada; relação estabelecida arbitrariamente entre dois atributos de um mesmo objeto” (p.189).



ficados” (p.464). A procura do obscurantismo a serviço da resistência encontra suporte nas limitações da própria linguagem: “Nossa linguagem cotidiana”, afirmam Cohen & Nagel (1968), “padece de uma precisão notória... Muitos dos desastinos da atividade pensante concreta derivam da inevitável imprecisão da maioria das palavras, que torna quase impossível a cuidadosa verificação dos próprios pensamentos... a isto se acrescenta a ambigüidade, outra séria ameaça ao pensamento preciso. Graves confusões têm como origem a inadvertida substituição do significado de uma palavra num contexto por um significado semelhante, mas diferente. A ambigüidade das palavras pode invalidar um raciocínio” (p.43-44). Frente a essas imprecisões e ambigüidades cultivadas a partir das resistências, Meltzer propõe desmontá-las solicitando ao paciente que esclareça o que quer dizer; solicitação que irritará o paciente – como Eutidemo – porque suas palavras não conseguem deslumbrar o analista ou porque sentem sua dificuldade para expressar-se de um modo mais explícito.

A dificuldade derivada da imprecisão e da ambigüidade encontra um aliado fundamental na dificuldade de nomear; dar nome não consiste em circundar um objeto e colocar-lhe um título acreditando que dessa forma se obteve o conhecimento do mesmo. O nome do objeto pode induzir a pensar no ato onipotente de nomear os objetos da criação, como um Adão manifestando seu domínio. Muito longe deste momento fica a nomenclatura da *Grade* de Bion (1963b), que reivindica o conhecimento emocional do objeto como requisito essencial para seu descobrimento. Mas, uma vez que se pretende nomear, descobre-se novamente o quão rudimentar e concreta é nossa linguagem, sobretudo quando pretendemos nomear objetos da realidade psíquica. Borges (1968) é clarividente quando diz: “Todo estado mental é irreduzível: o mero fato de nomeá-lo – id est, de classificá-lo – comporta uma falsificação” (p.22). Mas o essencial da linguagem não é tanto o que se nomeia, que é o lugar onde ocorre o falseamento, senão o que se mostra. V. Ungar (2000)², em Florença, na perspectiva de Wittgenstein, nos dizia que “(...) dever-se-ia calar o que não se pode falar, mas isso que não pode ser dito resulta um campo de demonstração. Essa demonstração representa o limite do inefável e isso é, na minha maneira de ver, o que se *metacomunica* com a atitude analítica. Não se trata do que não deve ser dito, é o que não pode ser dito pelos limites da linguagem”. Bion também sofria por causa dos limites da linguagem. D. Meltzer e Meg Harris Williams (1985) destacam claramente: “Ao longo de toda sua obra posterior, pelos menos desde Elementos da psicanálise (Bion, 1963a) em diante e

2. Ungar, V. (2000): *Transferencia y modelo estético*. Convegno internazionale “Lo sviluppo del metodo psicoanalitico”. Studi teorici e clinici del contributo de Donald Meltzer alla psioanalisi. Florença, 18-20 fevereiro 2000.



de maneira explícita no seu cáustico Estudos Psicanalíticos Revisados – Second Thoughts (Bion, 1967b) sobre seus trabalhos anteriores, desculpou-se e expressou seu pesar pela inadequação da linguagem para a formulação precisa dos pensamentos que vão além do sensorial por sua estrutura formal. Com frequência destacou que, mesmo levando em conta suas próprias limitações literárias pessoais, a falha está na própria linguagem, uma falha que só a arte pode superar. A evocação deve elevar a comunicação à segunda potência para que a verdade da visão transmitida possa se tornar disponível” (p.453). Também Meltzer (1990) considera a linguagem um recurso insatisfatório para descrever o que acontece na relação analítica: “(...) o que vem acontecendo nos nossos consultórios e tratamos, utilizando, *faute de mieux*, o amplamente insatisfatório meio da linguagem, para descrevê-lo” (p.30).

A linguagem nasceu para nomear as coisas do mundo externo e por esse motivo tem limitações para nomear nossos estados interiores. Wittgenstein (1958)³ perguntava-se: “O que acontece com a linguagem que descreve minhas vivências interiores e que só eu posso entender? Como designo com palavras minhas sensações? Da mesma forma que o fazemos habitualmente?” (§ 256). Mas a linguagem habitual, aquela que nomeia coisas do mundo externo, não nos oferece garantias de poder estabelecer uma relação correta com o que queremos nomear. “Dar nome aparece como uma união estranha de uma palavra com um objeto (...) Porque os problemas filosóficos⁴ surgem quando a linguagem faz a festa. E, então, nós podemos imaginar, mesmo assim, que dar nome é como um ato psíquico notório, quase como o batizado de um objeto” (op.cit, 1958, §38). Se é difícil reconhecer os sentimentos, muito mais será nomeá-los adequadamente, por isso há tanto a necessidade de falar claro quanto o temor de dizer futilidades⁵. Se às limitações da linguagem se une a dificuldade para reconhecer os estados emocionais e a resistência para outorgar-lhes um lugar na nossa mente, criam-se as condições para os mal-entendidos, termo que nos lembra Money-Kyrle (1978). Wittgenstein (1958) atribui à filosofia a tarefa terapêutica de desfazer mal-entendidos: “A clareza à qual aspiramos é, assim mesmo, uma clareza completa. Isso significa que os problemas filosóficos se desvanecerão completamente (§ 133). Para este objetivo

3. Os textos de Wittgenstein das *Investigações filosóficas* foram traduzidos pelo autor baseados nas edições inglesa e catalã .

4. Wittgenstein afirma no *Tractatus Logico-Philosophicus* §4.003: “A maior parte das proposições e questões que se têm escrito sobre matéria filosófica não são falsas, mas sem sentido. Não podemos, pois, responder a questões desta classe de nenhuma maneira, senão somente estabelecer seu sem-sentido”.

5. “Dir-se-á que uso uma palavra, o significado da qual não conheço, que digo, portanto, insensatez? Dize o que quiseres, enquanto isso, não te privas de ver o que é que acontece (e quando o vires, não dirás certas coisas” (Wittgenstein, 1958 §79).



acode o modelo terapêutico: “O tratamento que o filósofo faz de um problema é como o tratamento de uma doença” (op. cit., 1958 § 255); o tratamento dos problemas com base na linguagem e nos mal-entendidos consiste em “(...) passar de uma insensatez não manifesta a uma manifesta” (op. cit., 1958 § 464) com a intenção de lutar “(...) contra a feitiçaria do nosso entendimento feito através dos meios da nossa linguagem” (op. cit., 1958, § 109). Enquanto transcrevo estas citações, acodem à minha mente os múltiplos obstáculos à compreensão que observamos a cada dia em nossos consultórios. Recordo uma vez que Meltzer, na supervisão de Eduardo⁶, dizia: “É verdade que é um grande criador de confusão e é difícil entender do que está falando, porque te diz que conversava com seus pais até as 7:30. E você lhe diz: “Falou com eles até as 7:30?” E Eduardo responde: “Não, não..” Realmente não sabes do que te está falando. É importante forçá-lo a concretizar o que está dizendo, descrevê-lo bem, porque uma vez que você o faz descrever com exatidão o que está contando, então podes com conhecimento dos fatos, dizer-lhe...”. Esta tarefa higiênica é como pedir ao paciente que faça um correto uso da regra básica e, reformulando Wittgenstein (1958, cf. § 79) convidá-lo-ia assim: “Dize o que queres, enquanto isso não nos prives de ver o que é que está acontecendo”. O problema de pacientes como Eduardo é que – como dizia D. Meltzer – “(...) não está proporcionando evidências suficientes para que tu possas formar o teu próprio juízo, senão que está te dizendo o que deves pensar, está te programando”. Esta situação coloca o tema da vulnerabilidade do analista e o problema de como driblar o assédio e o de convertê-lo num recurso a serviço da compreensão. Sem nos afastarmos do pensamento de Wittgenstein, nem da nossa experiência diária na clínica, podemos afirmar que o maior corretivo para evitarmos nossa vulnerabilidade é o de permanecermos em contato com a experiência clínica, desconfiando das afirmações gerais que podem revelar mais as resistências do analista do que necessidades epistemológicas. Transcreverei parte da Introdução que Terricabras (1997) fez à edição catalã das *Investigações Filosóficas*: “(...) qualquer afirmação filosófica deve ter como ponto de referência a descrição de casos particulares, que são os que lhe fazem de corretivo imprescindível (...) Porque a descrição de casos particulares é o único método que pode evitar que se façam afirmações gerais precipitadas, ou que, uma vez feitas, pode ajudar a corrigi-las. É verdade que o método de Wittgenstein não pode impedir ninguém – nem ao próprio Wittgenstein – que faça afirmações falsas – não podem garantir a verdade –,

6. Os casos citados neste trabalho têm sido trabalhados nos encontros com Meltzer no Grupo Psicanalítico de Barcelona e não foram publicados, salvo algumas supervisões do caso Eduardo que aparece em MELTZER, D., CASTELLÁ, R., TABBIA, C. and FARRÉ, Li (2003). *Supervisions with Donald Meltzer*. London: Karnac.



mas sim, pode ajudar para que, ao menos, não sejam desorientadoras. (...) Esta é, definitivamente, uma das maiores contribuições de Wittgenstein à filosofia: seu assinalamento preciso da importância dos exemplos, dos casos particulares, que, a partir dele, são, na frase de Wisdom (1965), ‘o alimento último do pensamento’” (p.102). Ao lermos estes textos, reconhecemos, pelo menos, um certo eco do pensamento de Wittgenstein na oportuna necessidade de assentar nosso pensamento psicanalítico sobre os fatos clínicos.

O significado

A luta contra o sem sentido não esgota a tarefa do filósofo, nem do cientista, nem do poeta. Os homens da cultura esforçam-se em nomear os fatos da existência e, entre eles, os psicanalistas tentam dar nomes aos fenômenos da realidade psíquica.

A significação cavalga entre os fatos a nomear e os nomes para designar tais fatos. O sentido de significação pode ser formulado assim: quando consideramos x como um nome, é porque a significação de x é o objeto denotado por x ; esta formulação, que poderia ser acusada de essencialista, não exclui que o significado de x possa estar determinado não só pelo objeto mas também pelo contexto, adquirindo então um matiz idiossincrásico. O significado não seria uma *cópia fiel* do objeto, mas uma criação entre o objeto e quem nomeia e, na clínica, entre o fato e a função psicanalítica que intui significados em tais fatos. Quando B. Russell (1922) escreveu a Introdução ao *Tractatus* de Wittgenstein dizia que este “(...) estuda as condições de um simbolismo correto, quer dizer, um simbolismo no qual uma proposição ‘signifique’ algo suficientemente definido. Na prática, a linguagem é sempre mais ou menos vaga, já que o que afirmamos nunca é totalmente preciso (...) A função essencial da linguagem é afirmar ou negar os fatos. Dada a sintaxe de uma linguagem, o significado de uma proposição está determinado tão logo se conheça o significado das palavras que a compõem. Para que uma determinada proposição possa afirmar um fato, deve haver, qualquer que seja a maneira como a linguagem esteja construída, algo em comum entre a estrutura da proposição e a estrutura do fato. Esta é talvez a tese mais fundamental da teoria de Wittgenstein” (p.10-11). O primeiro Wittgenstein, o de *Tractatus* (1918), propôs a teoria pictórica (Tabbia, C.,1970)⁷ para estabelecer a correlação entre mundo e linguagem segundo as seguintes formulações:

7. TABBIA, C. (1970). *La correlación entre mundo y lenguaje en la teoría pictórica según el Tractatus logico-philosophicus de Ludwig Wittgenstein* (inédito).





Carlos Tabbia

§ 3.21 “À configuração dos signos simples no signo proposicional corresponde a configuração dos objetos no estado de coisas”.

§ 3.22 “O nome representa, na proposição, o objeto”.

§ 3.221 “Só posso nomear os objetos, os signos os representam. Eu somente posso falar deles; não posso expressá-los. Uma proposição unicamente pode dizer como é uma coisa, não o que é uma coisa”.

Wittgenstein está tentando evitar os supostos essencialistas, atribuindo ao homem somente a função de nomear os objetos através de signos que os representem. Por isso dirá que “Nós nos fazemos figuras dos fatos” (op. cit., 1918 §§ 2.1). Falta destacar – como faz Anscombe (1967) – que “Nós somos os que damos a um signo sua referência” (p.68). Com a teoria pictórica, Wittgenstein tentou evitar a infiltração do sem sentido, mas sem destacar suficientemente que o encarregado de estabelecer as correlações e de nomear é alguém que teme e/ou odeia a verdade, ou se surpreende ou se fragmenta ante a beleza do objeto...

O segundo Wittgenstein considerará que o primário na linguagem não é a significação, mas o uso, introduzindo o conceito de jogos da linguagem. Nestes jogos o que se pretende não é entender o significado das palavras, mas como funcionam e se utilizam, pois em cada termo aninham muitos significados; isto acontece, sobretudo, naquelas línguas que sobrecarregam os termos de sentidos diferentes, cujo significado só se pode descobrir pelo uso e lugar que ocupam dentro da proposição. Por esse motivo, para Wittgenstein, a linguagem em sua significação não é alheia àqueles que a utilizam. Como sintetiza Ferrater Mora (1965), “Uma linguagem (um jogo de linguagem) é como um sistema de rodas. Se estas rodas engrenam umas com as outras e com a realidade, a linguagem é justificada. Mas ainda que engrenem umas com as outras, se não engrenam com a realidade, a linguagem carece de base. Por isso Wittgenstein tem comparado o jogo da linguagem filosófica com uma roda que gira livremente, sem engrenar com o real, ou com as atividades humanas integradas com o real” (Tomo II p.37). Esta afirmação se torna mais significativa quando pensamos a linguagem em mãos da parte psicótica da personalidade, ou quando o predomínio das transformações em alucinações desintegra a linguagem.

O problema da linguagem continua sendo o de ter sido construída para exibir os dados da realidade externa. É verdade, como se diz em *Tractatus* § 4.021, que “A proposição é uma figura⁸ da realidade, pois eu conheço o estado das coisas que representa, se eu entendo o sentido da proposição”. Wittgenstein destaca a função comunicativa da proposição para reconhecer a figura ou pintura da reali-

8. Também pode ser traduzido por imagem ou pintura.



dade. Se não fosse possível essa função, a linguagem seria tão idiossincrática quanto nos estados delirantes... Mas essa afirmação deveria ser completada com a distinção que faz Meltzer (2000) entre signos e símbolos. Para Meltzer os signos “(...) são nada mais que uma forma de assinalar coisas; usam palavras para assinalar. Consistem quase exclusivamente na nomeação convencional de coisas e funções. Tanto como as pessoas usam signos na comunicação entre si, não podem significar nada, são simplesmente assinalamentos para o mundo”. Ligando esta distinção à transcrição do Tractatus § 4.021, poder-se-ia concluir que é possível pintar quadros do mundo através de signos, dando conta da realidade do mundo externo, mas permanecendo à margem do significado emocional da experiência. Meltzer (2000) reconhece que “(...) nosso idioma é muito rico em palavras para descrever objetos e funções, mas muito pobre em palavras para descrever emoções”. Para alcançar isto é necessário dispor dos símbolos-não-recebidos mas, sim, criados a partir da vida onírica e, na relação clínica, a partir da observação-descrição-interpretação na relação transferência-contratransferência, pressupondo um analista com adequadas funções parentais e nomeadas como *rêverie*.

A dialética da vida cotidiana oscila entre dois vértices: o da *amentalidade* e o do *condutismo* adaptativo, por um lado, e o da vida mental própria, vivida como espaço privado para a geração de significados, por outro. Por sua vez, a criação do significado mantém os dois pólos em relacionamento: o dos fatos e o das palavras. Mas a diferença fundamental reside em saber se pode ser estabelecida uma relação pictórica (primeiro Wittgenstein) ou de jogos de linguagem (segundo Wittgenstein) só com o assinalamento apto para o mundo externo, ou se será necessária a disponibilidade para receber intuitivamente a significação a partir dos objetos internos, como base para a geração de referido significado.

A observação

Como já foi mencionado, chegam cada vez mais pacientes buscando ajuda por transtornos no pensamento. Em relação a um material clínico (Caso Eva)⁹, Meltzer faz uma síntese dos componentes essenciais do desenvolvimento dos pensamentos: “Começaria por dizer que o pensamento se inicia com a observação de fatos a partir dos quais se trata de construir significados e que ela tem o hábito de

9. Meltzer, D: Seminarios en el Grupo Psicoanalítico de Barcelona. Casos: María (Jun.1987), Chica que no podía pensar (Oct. 1993), Eduardo (Jul. 1994), Elizabeth (Oct. 1995), Eva (Nov. 1996), Ricardo (1996), Inés (Jun. 1996), Camila (1997), Puri (Mayo, 1997), Luis, (1998), Quetty S. (1998), Xabier (Mayo 2000): Inéditos.





Carlos Tabbia

não observar as coisas que não são aparentes e, também, a de desenhar uma conclusão que não possa ser desaprovada”. O pensamento começa com a *observação de fatos* para chegar a *significados*: eis aqui todo um programa que muitas pessoas deixam de lado em algum momento. Mais tarde Meltzer (2000) recorre a sua própria experiência para dar conta do mesmo processo: “Uma das coisas que nos ensinava Mrs. Bick era que o significado da conduta dos bebês e crianças não era óbvio. É questão de interpretação, e a interpretação é algo que surge da observação cuidadosa. O significado da conduta de um bebê chega ao observador como uma intuição que surge ao compreender o que está acontecendo com o bebê (...) A lição é que a atividade do analista não é primariamente a interpretação; antes de tudo se dá a observação e a descrição”. Estes textos abrirão este estudo, o da observação como passo essencial na geração de significados. Na clínica encontramos condutas e problemas que impossibilitam o caminho até a significação. Em continuidade farei referência a alguns deles. Um exemplo é Florêncio, um senhor entediado. Meltzer (1999) diz que o tédio é “(...) um problema muito importante que se encontra na análise e pode ser um problema caracterológico que se apresentaria naqueles pacientes que se queixam de não ter amigos, que se encontram pouco à vontade em situações sociais, ou que não conseguem conversar em situações públicas. Essas pessoas geralmente são más observadoras do que se passa, tanto em volta deles como dentro deles e, como consequência desta pobreza de observação, aparece uma supressão da resposta emocional. Isso se observa quando descrevem as pessoas que encontram, não descrevem o que vêem, mas, sim, descrevem estereótipos, e é claro, estes estereótipos são aplicáveis também à percepção que eles têm do analista. Seria o que eu chamo de uma espécie de onisciência negativa (...). Esse tipo de onisciência expressar-se-ia na descrição das coisas que são mais óbvias para eles e não podem ver os detalhes” (p.95-96). Outro tipo de paciente evita a realidade através de olhar o que não existe, algo assim como só enxergar os buracos do queijo Gruyère, olhando como faz Eva (cf nota 9), “(...) aquelas coisas que se apresentam como evidências negativas (...) O valor da evidência negativa é que reduz o campo de investigação, estreita o campo de observação, mas não explica sobre as evidências positivas que se precisam para poder identificar o problema. Deve-se observar as evidências essenciais, não se deve olhar a parte oca da rosquinha (*donut*) mas a rosquinha em si”. Com pacientes como Eva, o analista é colocado na posição de outorgar consentimento pelo simples fato de não fazer referência ao tema (segundo a falácia de quem cala consente), dentro do modelo daqueles que consideram ter cometido um delito somente quando são descobertos. Estes pacientes com limitada capacidade de observação imaginativa têm dificuldades para transcender a estreita margem de





suas sensações, considerando-as como “(...) fatos cheios de significado pelo qual não seria necessário pensar”, como assinalava Meltzer (cf. nota 9). Outro tipo de paciente, mais explosivo e descontrolado, tampouco pode pensar pela sua incapacidade para unir as observações com suas respostas afetivas, funcionando unicamente na base de suas respostas emocionais. No pólo oposto se encontram as pessoas cheias de obsessividades, que não podem pensar por carecer de contato com as emoções. Para pacientes como estes podem aplicar-se as sugestões que Meltzer fazia para o paciente Luis (cf. nota 9): “(...) terás de ensiná-lo a pensar. Antes disso ele tem que aprender a observar as coisas de maneira que tenha algo sobre o que pensar (...) Tens que te dirigir a ele como a uma criança pequena que tem de aprender coisas desde o começo, e no começo as crianças devem aprender coisas como números, letras e pôr as letras juntas para formar palavras, etc. Tem que começar observando o mundo e observar-se a si mesmo, de maneira que tenha algo sobre o que pensar. Ele tem de aprender a observar não só o mundo externo mas também o interno, observando seus sentimentos, pensamentos e sonhos. Quando trouxer suas observações, poderás ensiná-lo a pensar sobre suas observações...” Quando o paciente começar a observar, será necessário colaborar com ele para que as coisas evoluam desde o nível sensual até convertê-las em mentais; o movimento nuclear para tal projeto será a observação da experiência emocional. “O trabalho de Bion” – diz Meltzer (1978) – “(...) descansa sobre a concepção da experiência emocional como a última unidade de dados mentais sobre os quais o aparelho para pensar (função alfa, $Ps \leftrightarrow D$ e continente-contido) opera para produzir pensamentos e desenvolvê-los até níveis mais altos de sofisticação, abstração e complexidade (Bion, *A Grade*, 1963b), aptos para serem usados para pensar” (p.393). Mas, para que essa experiência emocional ocorra, é necessário a participação adequada tanto do paciente quanto do analista no encontro clínico. Para Segal (1975) e também para Martha Harris (1984): “O casal mãe-neonato, na sua fase inicial seio-neonato, pode ser visto como modelo para o casal psicanalítico” (Harris, 1984, p.83). O que se supõe do desenvolvimento simbólico é que a mãe seja suficientemente boa...e isto mesmo se deve supor, portanto, do analista. Mas o requisito do casal analítico, conforme o referido modelo, é que o analista disponha da suficiente capacidade de contenção para manter uma atenção global sobre o paciente, longe de contemplá-lo como objeto parcial, por exemplo, restringindo-se a focalizar um aspecto, mesmo que seja o da procura específica do significado das associações. Acho oportuno referir agora uma observação de Mrs. Bick relatada por Jeanne Magagna (1997) com relação à observação de bebês: “A Sra. Bick também me mostra as formas nas quais eu fomento as dificuldades da mãe quando sigo e olho o bebê, em vez de manter uma atenção global a toda a família



na casa” (p.214). Sem a atenção global é difícil dispor da atenção livremente flutuante para registrar os dados da realidade e reconhecer sua complexidade: o que o paciente mostra, o que o analista acrescenta e a interação entre ambos.

Frente à complexidade dos dados ou estímulos que oferece o encontro com outra pessoa, surge a pergunta do que é necessário observar para recolher dados significativos para a compreensão de significados. Bick (1964) considera que “A experiência da observação de lactantes, vinculada, a seguir, com a experiência clínica de crianças e adultos, ajudará a convencê-los *da importância de observar a conduta geral* dos seus pacientes como parte dos *dados obtidos na situação analítica*”¹⁰ (p.114). Trata-se de observar para “(...) recolher fatos livres de toda interpretação” (p.111). É necessário observar a conduta geral do paciente para recolher fatos, mas os fatos em si mesmos poderiam nos deixar prisioneiros do nível da conduta e nos afastar da realidade psíquica. Portanto necessitamos observar a conduta geral do paciente como ponto de partida para investigar o significado. Tampouco nos aproxima do significado apoiar nossa interpretação nos fatos da história que relata o paciente porque os relatos são metáforas e “(...) as metáforas podem sugerir significados alheios aos que se pretende transmitir” (Cohen e Nagel, 1968, p.61). A metáfora é uma primeira forma de transformação, muito útil, por exemplo, no diálogo com crianças no qual se introduz através do *como se*, mas carece da riqueza e profundidade dos símbolos. Não é muito diferente a nossa situação quando lemos os informes dos jornalistas; nesse caso não estamos podendo observar fatos, mas só os relatos que revelam mais a perspectiva do jornalista do que os fatos que teriam sucedido, em virtude do que ficamos mais a mercê da propaganda da *agência de notícias* do que de obtenção de dados para pensar. Não poucos pacientes são como as agências de notícias quando tentam nos envolver com relatos que coagem nossa imaginação, pretendendo que vejamos os fatos à sua maneira. Na clínica nos interessa descobrir os fatos que subjazem à metáfora, e esses fatos acontecerão como tal quando forem observados na transferência. Necessitaremos, pois, um olhar bifocal: por um lado, tentar entender o que o sujeito diz e, por outro, observar o que acontece no aqui e agora da transferência. Como dizia Meltzer na supervisão de Maria (cf nota 9): “É muito sábio tentar utilizar a informação da paciente de um modo cético e basear o trabalho analítico mais na observação do que na informação”.

Para observar a conduta geral necessitamos utilizar todos os nossos sentidos na sua específica função incorporativa. Como assinalam Brutti e Scotti (1984), “A observação, de fato, não surge usando somente os olhos, mas usando a pessoa

10. O grifo do autor.



completa do observador” (p.25). Para o que é necessário que o analista possa tolerar e usar sua própria capacidade de regressão, tanto quanto necessário para que seus sentidos possam operar como adesivos sugadores, segundo a expressão de Mrs. Bick. Ela “(...) dizia que os órgãos – olhos, boca, ouvidos, nariz – servem como ventosas como a boca agarrando o mamilo” (Magagna, J., 1997, p.207) nas primeiras etapas da criança. Se recuperarmos a imagem da mente que Bion (1991) nos descreve em *Memórias do Futuro*, na qual todas as partes da história ontogenética persistem e dialogam, podemos pensar que essas formas primitivas de conexão com o mundo subsistem em nosso psiquismo e talvez possamos apelar a elas para podermos captar as inefáveis características de nossos pacientes. Um modelo equivalente é o das mães que têm a capacidade de conhecer – auscultar-ouvir-olhar-ver – o seu filho através dos dados que recolhem através dos diferentes sentidos. Estamos muito condicionados pela cultura verbal na apreciação da realidade e isso propicia que desenvolvamos mais alguns sentidos do que outros para a percepção da mesma. Enquanto preparava estas notas, lembrava da perícia dos enólogos que podem dizer (descobrir?) o seguinte, depois de degustar um pouco de vinho de reserva: “Cereja intenso, aroma potente, rico em matizes de especiarias e frutas secas (figo, noz), frutas confeitadas, na boca marcantes taninos de madeira fundidos com os de fruta e fundos minerais de terra seca e pedras” (Carrion, 2002, p.33). Quantos matizes degustados e captados com o gosto, olfato e visão! No outro extremo, pode-se mencionar o caso de uma paciente muito agressiva e com grandes dificuldades para utilizar os sentidos para perceber a realidade, exceto o olfato através do qual se guiava – como uma conduta atávica – para distinguir as pessoas amigas das inimigas. Por bem ou por mal todos os nossos sentidos estão presentes no encontro clínico e dependerá de nossa habilidade ampliar os registros para a observação dos nossos pacientes. Expressando-me assim, poderia fazer pensar que só interessa a observação da conduta manifesta. Então sobreviria quase como uma denúncia um texto de Green (2000): “Perceber é entrar em contato com a realidade exterior. Escutar é entrar em contato com a realidade psíquica” (p.680). A escuta do inconsciente como alternativa à percepção do exterior. Então acode outro texto: “Quando se trabalha com sonhos” – diz Meltzer, no caso Maria (cf nota 9) – “pode-se utilizar uma imaginação mais visual: seria como se as imagens se projetassem numa tela e a pessoa pudesse reconstruí-las. Neste caso é muito mais fácil ver as fantasias que existem por trás do uso da linguagem. A gente escuta visualmente, do mesmo modo que escuta um sonho”. Uma imaginação mais visual e/ou mais verbal e/ou mais olfativa... O significativo é perceber a realidade exterior e, logo, nossos objetos internos decodificarão a informação, através do trabalho de elaboração permitindo a consensualização que



reconstrói e descobre o objeto, criando as condições que nos permitirão escutar visual-verbal-ritmicamente... os significados através da função alfa. O interjogo analítico-sintético não cessa: nunca se pode dizer a verdade última.

Mas, neste estudo sobre a observação, pretendo me limitar à área que recolhe a informação e não à da interpretação ou à criação de pensamentos, embora concorde com Mrs. Bick (1964) quando diz “(...) como era difícil observar, ou seja, recolher fatos livres de toda interpretação. Assim como esses fatos devem ser descritos por meio da linguagem, cada palavra se carrega de uma penumbra de implicações (...) De fato, cada qual descobre que escolhe uma palavra determinada porque o fato de observar e o de pensar constitui uma unidade inseparável” (p.111). Acredito que capacitar-se para observar em geral e na clínica em particular exige uma preparação laboriosa de si mesmo como observador, que é prévia ao fato de dispor-se a descobrir o objeto. Para conseguir esta capacidade de observar, “O observador faz importantes renúncias, quase uma purificação para liberar seus próprios sentidos: renuncia a atuar, a falar, a mover-se, a escrever, a interpretar” (Brutti e Scotti, 1984, p.27). Não é uma tarefa impossível, mas “(...) é difícil ser um observador sem se intrometer” (Meltzer, 2000). Para modelo de ascese estão ao nosso alcance as contribuições de Bion.

Obviamente não se pode deixar de assinalar que o primeiro requisito para a observação é conservar a discriminação sujeito-objeto; toda a fenomenologia dos estados claustrofóbicos ou delirantes mostra que, com a identificação intrusiva, se perde de vista o objeto e só se consegue onisciência. No pólo oposto da referida fantasia, está o requisito da observação, formulado como “capacidade negativa” ou “(...) a capacidade de permanecer na incerteza, sem buscar irritantemente os fatos e as razões” (Meltzer e M. Williams, 1988, p.26). Tal capacidade encontra indicações claras no breve e célebre trabalho de Bion (1967a), *Notes on memory and desire*, no qual se convida o analista a expor-se à experiência da potencial mudança catastrófica numa análise, sem a proteção dos preconceitos da sua formação teórica ou do conhecimento do seu analisado, nem a proteção que, desde um zelo terapêutico, o convidaria a programar a experiência clínica. Deixando de lado nossas premissas, ficamos com maior disponibilidade para perceber as do paciente. O outro aporte ao desenvolvimento do pensamento e suas condições, gêneses e usos que fez Bion foi *A Grade* (ano 1963b). Com ela se pode observar o desenvolvimento dos pensamentos e a maneira como funciona o analista. Nesse sentido, é eloquente o modo como Money-Kyrle a apresenta. Quando Money-Kyrle (1978) fez a revisão de *Elements of Psycho-analysis* (Bion, 1963a), apontou que o analista, segundo Bion, necessita duas coisas para sua tarefa: “(...) o conhecimento de um adequado número de teorias psicanalíticas e uma observação pre-



cisa. Para a primeira, Bion acredita que com poucas teorias seria suficiente, sempre que estejam formuladas com suficiente generalização (ver *Learning from Experience*). Mas, é claro, se não são adequadas, não haverá lugar suficiente para todas as observações. Em relação à segunda, se as observações não são precisas, é provável que sejam colocadas nos lugares errados na malha da teoria (...) A importância de uma observação precisa é, portanto, de primeira importância. O presente livro do doutor Bion resulta ser uma exposição de um método que ele elaborou para aguçar sua própria faculdade de observação e que agora nos oferece” (p.389-390). Outra contribuição de Bion para uma adequada observação psicanalítica é a do modelo continente-contido: sem a presença de um continente suficientemente disponível, elástico e tolerante para receber projeções, não se poderiam perceber os dados que emergem na relação analítica. Outros elementos necessários para recolher dados são a tolerância e a paciência, ao contrário da precipitação que se nutre de preconceitos e cultiva mal-entendidos. Di Carlo (1984) o expressa com elegância: “Escutar significa aceitar o outro na sua inicial incompreensibilidade, na heterogeneidade dos significados que recebemos, permanecendo na espera de que o significado surja no tempo, que se elabore e amadureça e que o objeto se revele a si mesmo com signos dotados de sentido” (p.32).

Comecei este estudo com o modelo mãe-bebê como paradigma da relação analítica e quero agora fechá-lo com uma referência correlativa, citando um texto de Brenman Pick (1985): “Se existe uma boca que busca um seio como potencial inato, também existe, acho, um equivalente psicológico, ou seja: um estado psíquico que busca outro estado psíquico” (p.157). Creio que é uma busca do bebê em direção às funções parentais que outorgam satisfação e sentido, mas também é um objeto parental que olha e busca entender o significado dos gestos Mas devemos conformar-nos e reconhecer que só poderemos conjecturar seu estado psíquico: “Opero”, diz Meltzer (1990), “com a suposição de que ninguém pode conhecer o estado emocional de outra pessoa. Que o estado emocional de outra pessoa, só pode ser conjecturado através de dados provenientes do perceptível. Uma e outra vez se tem a experiência nos processos psicanalíticos que o conhecimento mais profundo que podemos ter do estado emocional de um paciente é através da vida onírica” (p.131), mas de uma vida onírica apresentada na relação analítica. Com esta citação de Meltzer marca-se uma distinção: o que podemos conhecer a partir dos dados perceptíveis e o que podemos intuir. Até agora temos mencionado algumas condições para a observação psicanalítica da pessoa total com uma atenção global, mas não podemos deixar de advertir que a observação psicanalítica não se faz com os órgãos dos sentidos senão fundamentalmente com o aparelho psicanalítico.



Se partirmos da consideração da transferência como a externalização sobre o analista da imagem e função dos objetos internos, a contratransferência será o meio para perceber a turbulência, as alterações que a referida projeção provoca no analista. Desse modo, poderemos descobrir, significar e nomear o que as premissas do paciente evocam em nós. Expor-se como um meio receptivo e sem preconceitos às manifestações transferenciais do analisado nos permite colher dados significativos e enigmáticos que permanecerão no nosso mundo interno à espera de serem analisados, intuídos, denominados, descritos, etc. Como dizia Ungar (cf nota 2), “O transferido pelo paciente constituir-se-á num objeto passível de intuição e conjeturável, mas sempre com um interior inapreensível desde o sensorial” e que superará o saber do analista dado a característica não sensorial do objeto psicanalítico. Perante tanto mistério, a ajuda virá desde os objetos internos, “(...) verdadeiros compêndios das nossas visões do mundo” (Meltzer, caso Puri, maio, 1997, cf nota 9). Para isto deveremos tolerar que o mistério nos seja revelado, sendo tais objetos os que nos conduzem. O problema surge quando não toleramos a espera e acreditamos que temos de seguir adiante. “Todos somos um pouco hiperativos, tendo muito pouca fé no comitê¹¹ interno de Bion para explorar através da comunicação a partir de todos os vértices possíveis. Se pudéssemos limitar nossa atividade a assinalar e nomear e empregar signos conscientemente, poderíamos dar ao comitê a oportunidade de fabricar seus símbolos e criar na vida onírica a base da compreensão para nós, para os nossos filhos, para os nossos pacientes” (Meltzer, 2000). Os vazios no pensamento surgem quando tais objetos internos se encontram estragados e não estão aptos para identificar-se com eles e poder-se, então, atender, olhar, observar, memorizar ou registrar, representar e comunicar... (cf Freud, 1911).

A descrição

Observação e descrição são a base da interpretação... mas o que significa descrição? Significa, talvez, esse recurso menor – comparado com o juízo – para dizer algo de um objeto? “A descrição era já considerada pelos antigos como uma definição insuficiente. Descrevia-se o que não podia definir-se, esgotando na definição todas as notas essenciais” (Ferrater Mora, 1965, p.426). Porém o termo descrição é onipresente nos textos de Freud, Klein, Bion, Meltzer. Será um sinal da categoria científica da psicanálise? Será a descrição um recurso menor para

11. Meltzer faz referência ao comitê do terceiro volume de *Memórias do Futuro* (Bion, 1991).



aceder ao significado de uma conduta ou de uma obra de arte? Entretanto Todorov (1970) considera a descrição como um recurso para aceder à significação: “Os problemas de significação, que se encontram entre os mais difíceis da lingüística ou da filosofia, complicam-se ainda mais na análise literária. A obra literária possui vários planos diferentes que só adquirem significação definitiva unidos num relato particular” (p.105). A articulação entre os diferentes planos de descrição (o dos sons, o prosódico, o gramatical e o semântico) será o que “(...) determina a significação concreta” (idem, p.108). *Mutatis mutandis*, a descrição pode ser um recurso adequado para desentranhar a significação da conduta humana, na medida em que as abstrações podem descrever fenômenos (Langer, 1962).

Contudo os epistemólogos consideram a descrição somente como um primeiro estágio na investigação do objeto de estudo: “A inteligibilidade”, diz Samaja, J. (1993), “contém ao menos dois momentos básicos: por um lado, deve ser possível descrevê-la, isto é, identificar seus elementos componentes e caracterizá-los, e, por outro lado, deve ser possível elaborá-la novamente conforme algum padrão de assimilação às evidências da nossa razão” (p.147). Freud (1915) compartilhava dessa opinião: “O começo correto da atividade científica consiste em descrever fenômenos que logo são agrupados, ordenados, inseridos em conexões. Já para a descrição mesma, é inevitável aplicar ao material certas idéias abstratas que se recolheram de alguma outra parte, não só da experiência nova. E mais inevitáveis ainda são essas idéias – os posteriores conceitos básicos da ciência – no ulterior tratamento do material. No princípio devem comportar certo grau de indeterminação; não se pode pensar em entender com clareza seu conteúdo. Enquanto se encontram neste estado, temos que ficar de acordo sobre o seu significado pela remissão repetida ao material empírico” (p.113). Para descrever e concordar a respeito do significado, temos de poder nomear e, com a nomeação, resgatar-se-ão os fenômenos para convertê-los em *fatos* diferenciados da obviedade do cotidiano. A partir dos traços relevantes de tais fatos, o científico “(...) procede então uma re-descrição, que orienta a busca no sentido de algumas hipóteses sobre os possíveis traços essenciais e as possíveis chaves de funcionamento” (Samaja, 1993 p.160). Poder-se-ia delinear, então, o complexo problema do uso dos nomes para denominar e o da determinação do significado do nome. Estes são alguns dos problemas mais fundamentais da filosofia da linguagem. Searle (1967), por exemplo, considera que a referência seria impossível sem alguma descrição, porque “(...) a referência nunca aparece em completo isolamento da descrição” (p.93). O problema emerge quando as referências não são apontadas nem reconhecidas pelas descrições, convertendo o nome numa não-nominação, que cria as confusões “(...) quando a linguagem funciona no vazio” (Wittgenstein, 1958, §132).



O que fazer perante o divórcio entre os fatos e os nomes? Terricabras (1997) diz que “Se a forma em que se expressa um problema filosófico é ‘Não sei me orientar’ (I.F. 123; cf. 125, 203), não se chegará, certamente, a solucioná-lo dando explicações – nem que sejam metafísicas – da desorientação. A explicação reforça e justifica a desorientação, mas não a elimina – explicar uma doença não é curá-la. O que corresponde, num caso desses, é encontrar um caminho de saída da desorientação (309). E o caminho que Wittgenstein propõe é o de trabalhar em uma descrição do jogo da linguagem que se esteja jogando mais clara, mais completa, e no qual a gente tenha se perdido. (...) a tarefa da filosofia é a de agrupar o que se sabe há tempo (109), contribuindo, assim, para uma re-compilação de lembranças com uma finalidade determinada (127). E a finalidade é que as conexões, semelhanças e diferenças que, agora mesmo, se observam – tendo-os tido sempre diante dos olhos – ajudem a obter aquela perspectiva que, precisamente por não os ter observado, não se tinha. Assim é como desaparece a perplexidade e, portanto, o problema se dissolve mais do que se resolve (109)” (p.18). Para dissolver os problemas, mais do que explicá-los, é necessário, então, observar e descrever, tarefa complexa, pois, como diz Wittgenstein nas Investigações Filosóficas (1958,§24):“Pensa quantas coisas bem diferentes se denominam descrição: descrição da posição de um corpo através das suas coordenadas, descrição da expressão de um rosto; descrição de uma sensação tátil, de um estado de ânimo. (...) A relevância de tais possibilidades de transformação – por exemplo, de todas as proposições assertivas em proposições que começam com a cláusula Eu penso ou Eu acredito, portanto, em descrições, por assim dizer, da minha vida interior-, mostrar-se-á mais claramente em outro lugar”. A proposta alternativa que vai emergindo é que uma adequada descrição dos jogos da linguagem vai dissolvendo os mal-entendidos e descentralizando o sujeito de uma posição assertiva a outra posição epistemológica expressável como capacidade negativa ou “(...) a aptidão para se manter na incerteza sem se esforçar irritantemente por chegar ao fato e à razão” (Meltzer e Meg Harris Williams, 1988, p.26). Deste modo estaríamos entrando “(...) nos domínios da ciência e da arte, a catedral da mente oculta na floresta do mundo” (p.148), enquanto se é capaz de tolerar e não sucumbir ao “(...) bombardeio de explicações a que estamos submetidos atualmente pela ciência, como pela religião no passado” (p.148). Avançamos, deste modo, em direção a uma concepção da psicanálise como ciência descritiva (Meltzer, 1986, p.6) que se oferece e constrói como modelo mais do que como teoria. A opção por ser um modelo radica em que “(...) não tem força explicativa porque na psicanálise trabalhamos num sistema não-causal, no qual os fatos são fatores num campo e tudo é de significado simbólico, metafórico. Por esta razão é essencial que os modelos



sejam usados para o descobrimento e não como regras ou guias para a ação. Se a prática da psicanálise é uma arte – algo em que acredito firmemente- e seus achados são os de uma ciência descritiva (...)” (Meltzer e Meg Harris Williams, 1988, p.206). Quando Meltzer (1986) se refere às teorias da psicanálise, o faz para outorgar às teorias o valor de serem “(...) simplesmente figuras descritivas para delinear a estrutura da variedade de experiências internas e externas que se manifestam, dentro de nós, como emoção” (p.213). Mais adiante, Meltzer (1992) começa a Introdução de *Clastrum* de um modo tão assertivo (!): “O impulso da psicanálise tem se deslocado de forma inexorável desde uma hipótese explicativa simplificada, associada a uma aspiração otimista de curar a doença mental, em direção a um estado de emaranhada descrição dos fenômenos mentais” (p.1).

Estamos completando o percurso do círculo que vai da explicação à descrição na psicanálise pós-kleiniana. Mas, se este círculo encontra força no pensamento de Wittgenstein, não encontra menos impulso na compreensão de Meltzer do descobrimento nuclear de M. Klein: as posições. Ele (Meltzer, 1986) considera que “(...) um dos benefícios fundamentais de uma análise é que estabelece um marco na passagem da posição esquizo-paranoide à posição depressiva, ou seja, o movimento a partir de uma atitude explicativa e, portanto, de atribuir culpas, a uma atitude que tenta compreender e, por conseguinte, aceitar a incerteza inerente à infinita complexidade do desenvolvimento humano e das relações pessoais” (p.100). Coerente com esta hipótese, para a clínica, sugere (caso Camila, cf nota 9) que não é “(...) particularmente útil explorar seus antecedentes: unicamente levaria a atribuir culpas; tem-se que trabalhar na atualidade da transferência” porque é onde se pode descrever e interpretar o que está acontecendo. O perigo que nos assedia é “(...) o amplamente insatisfatório meio da linguagem, (...) para descrevê-lo. Mas, para o nosso desânimo, sempre soa como se estivéssemos explicando e não simplesmente descrevendo” (Meltzer e Meg Harris Williams, 1988, p.30).

Nesse círculo pós-kleiniano, que transita da explicação à descrição, há um pensamento nuclear e fundamental: o de W.Bion. Se nos aproximamos das suas considerações sobre a descrição, avançaremos na compreensão da significação que a descrição tem para a clínica e para o descobrimento no caminho até o insondável *O*. Em *Transformações* (1965), Bion reconhece que utilizará a descrição pela dificuldade de utilizar outro meio para transmitir a inefável comunicação do paciente: “Uma das dificuldades às quais me referi na página 5 relaciona-se com a comunicação do material de uma experiência que é inefável. O enfoque científico, tal qual é entendido comumente, não é acessível e o enfoque estético requer um artista. Portanto, o leitor deverá ser indulgente para poder compreender o sig-



nificado que quero expressar; considerará a experiência clínica, se chegar a ter, mais simples do que a minha descrição a faz parecer” (p.68). Embora compare a linguagem da descrição com o científico e o estético, considera que é o meio disponível para transmitir o inefável. A opção pela descrição leva-o a caracterizá-la de tantas maneiras, que revela desde sua conformidade com a mesma até seu desejo de que seja o meio mais idôneo possível. Alguns exemplos serão eloquentes: descrição analítica (Bion, 1965, *Transformações*, p.18 e 149), clínica (idem, p.21 e 98), de fatos (idem, p.22), do pano de fundo emocional (idem, p.157), imaginativa e edipiana (idem, p.98), estranha (idem, p.136), rigorosa (idem, p.161), adequada (idem, p.196), convincente (idem, p.156), correta (Bion, 1962, *Aprendendo com a experiência*, p.38), com qualidades científicas (idem, p.39), articulada (Bion, 1967b, *Estudos psicanalíticos revisados*, p.80), que carecem de rigor, mas que têm definição (Bion, 1970, *Atenção e Interpretação*, p.27), etc.

Pois bem, para Bion (1965), a descrição é fundamentalmente uma transformação: “Transformo os fatos que descrevo ao considerá-los de um modo particular. Minha descrição é, portanto, uma transformação análoga à pintura do artista, que é um produto do enfoque particular do artista” (p.24). Para poder realizar essa transformação, são necessárias uma observação e descrição cuidadosas: “(...) na sessão, posso tomar contato com os fenômenos que ainda não observei ou só o fiz parcialmente. Trata-se de uma oportunidade que não deve ser desperdiçada, já que pode não se repetir. Portanto merece a descrição mais precisa possível que se possa encontrar para delinear a experiência emocional, à qual outorgo a máxima importância” (Bion, 1994, p.233). Para se realizar essa transformação, é necessária a observação, mas ele, por sua vez, considera que a teoria das transformações é uma das teorias da observação psicanalítica (Bion, 1965, p.32). Entretanto não se sabe o que os objetos são, só se descrevem fenômenos: “Nunca se pode saber o que os fatos absolutos são, e os represento com o signo *O*. Minha descrição contempla os fatos tal como agora parece que foram quando tiveram lugar: é uma descrição de fenômenos” (Bion, 1965, p.32 na tradução em espanhol). Mais tarde precisa quais são as limitações que impedem o conhecimento de *O* e a função que cumpre a descrição: “(...) eu digo que *O* é incognoscível, não porque considere que a capacidade humana não esteja à altura dessa tarefa, senão porque *K*, *L* ou *H* são inadequados para *O*. São adequados para as transformações de *O*, mas não para *O*. Recapitulemos: as transformações podem ser científicas, estéticas, religiosas, místicas, psicanalíticas. Podem ser descritas como psicóticas e também como neuróticas, mas, embora todas essas classificações tenham valor, não acho que o valor que possuem seja psicanaliticamente adequado. Escolhi escrever, embora brevemente, sobre as transformações em alucinações porque a *descrição pode*



servir para explicar por que considero que os métodos de observação, anotação, atenção e curiosidade são inadequados (...)” (idem, p.164-165)¹². Ele reconhece que “(...) toda tentativa de indagação implica distorção através do exagero de certos elementos para demonstrar sua significância” (idem, p.165) à que denomina hipérbole e confia na presença de um continente que desintoxique o excesso. A nomenclatura é um primeiro recurso para evitar que a emergência do objeto esteja intoxicada de penumbras de associações. É um caminho adequado para nomear é descrever cuidadosamente, da mesma forma que está se tentando fazer agora, com o mesmo conceito de descrição. O requisito da nomenclatura depende da relação continente-conteúdo, enquanto o significado do nome surge da referida relação, como diz Bion (1963a) “(...) da operação bem-sucedida de ♂♀ depende o significado do objeto total” (p.121).

Quando a descrição do paciente encontra um continente na função psicanalítica do analista, pode ser transformada numa interpretação, que é outra descrição. Como diz Bion (1965), “A experiência original, a realização – no caso do pintor, o tema que pinta e, no caso do psicanalista, a experiência de analisar seu paciente – são transformados pela pintura e pela análise num quadro e em uma descrição psicanalítica, respectivamente. A interpretação psicanalítica feita no transcurso de uma análise pode ser considerada como pertencente a esse mesmo grupo de transformações. Uma interpretação é uma transformação; para pôr de manifesto as variantes, uma experiência sentida e descrita de uma maneira se descreve de outra” (p.18). E, corroborando a idéia de que a interpretação é a transformação de uma descrição em outra descrição, podemos assinalar que, tendo o analista observado o estado do paciente “(...) fará (...) sua própria descrição, comumente materializada em interpretações” (idem, p.26).

A ênfase na observação e descrição, mais do que na explicação, é uma característica nuclear no modelo do conflito estético formulado por Meltzer; tal ênfase é coerente com o inalcançável do mistério do *O*, do qual só podemos nos aproximar mediante descrições; longe fica a pretensão de certeza das explicações científicas. Como destacava Ungar (2000, cf nota 2), “A descrição sempre contém algo enigmático, a explicação postula sempre uma resolução para o enigma”. Frente ao *O* só se pode pretender um avanço através de incertezas.

O modelo clínico de Meltzer implica uma atitude de exploração e descrição do misterioso mundo do paciente. Em uma esclarecedora supervisão (Caso Elizabeth, cf nota 9), Meltzer descreve a atitude do analista frente ao material clínico como a de um geólogo descobrindo um terreno: “O processo ordinário de ir enten-

12. O grifo do autor.





Carlos Tabbia

dendo o material de um paciente é um processo de ir andando pelas emoções que está estimulando em você, ir andando, percorrendo até que algo pareça ir tomando forma. Por isso resulta tão interessante, porque você não está à procura de ouro até dizer Ah! finalmente o encontrei, ali estava, senão que você está andando entre as rochas e este processo é em si mesmo muito interessante; as rochas são interessantes em si mesmas, não só o ouro. A geologia é muito interessante, não é unicamente uma ciência interessada em nomear e catalogar, o geólogo faz mapas da estrutura da terra e, ao fazê-lo, os movimentos, os deslocamentos, as dobras, etc., contam o que aconteceu, como aconteceu e também o que está acontecendo. Poder olhar para a paisagem com conhecimento de geologia deve ser muito bonito porque podes estar olhando, então, uma paisagem com conhecimento dos movimentos que estiveram operando ali; é uma visão em ação, em movimento. Do meu ponto de vista, esta é a grande mudança introduzida na psicanálise pelo trabalho de Mrs. Klein, ao escutar e observar sobre algo que está acontecendo, não buscando as evidências do que aconteceu numa época, no passado, como faz o arqueólogo, mas as evidências geológicas do que está acontecendo a todo momento e que resulta fundamental para descrever essa estrutura... É a maravilha dos sonhos, que o paciente te conte sonhos porque eles te contam o que está acontecendo”. A exploração do terreno é fundamental para o descobrimento dessa realidade, para nos aproximar do mundo atual do paciente e para a futura vida mental do paciente porque “(...) a progressiva identificação do paciente com o método de exploração da análise é uma base muito mais importante para o desenvolvimento gradual da sua capacidade de auto-análise do que qualquer tentativa de formulação” por parte do analista (Meltzer, 1983, p.167).

Mas a exploração não se circunscreve a descobrir dados, nem se esgota em uma tarefa exclusiva do analista, a exploração pode chegar a ser uma tarefa conjunta de ambos os membros do par analítico. Poderá ser um encontro apaixonado, se tolerado o desenvolvimento do “(...) companheirismo que emerge na aliança terapêutica e é, portanto, uma função das capacidades de ambos os participantes para se abandonarem à aventura de ir além da terapia para a psicopatologia do paciente, até o desconhecido de ambos” (Meltzer, 1973, p.289). Tal companheirismo encontra seu modelo na relação de interesse e curiosidade não intrusiva e na capacidade de *rêverie* da mãe com respeito ao bebê, ao que acrescentaria e *vice-versa*, porque também o bebê pode resgatar a mãe em certos momentos. O modelo de relação entre ♂♀ desenvolvido por Bion e que denomina de simbólica, comensal ou parasitária, exemplifica modos – próximos e afastados – do companheirismo no par. Se o par está disposto a viver a experiência do mútuo descobrimento e se autotranscende em um olhar convergente para outro objeto, então sur-





girá a necessidade de nomear as emoções e as rochas que se encontrem, utilizando, então, distintos registros sonoros, gestuais, etc., para se referir à experiência compartilhada. Se, perante uma expressão verbal, o outro repetisse a mesma expressão sem acrescentar nenhum elemento próprio nem tom emocional, deixaria-se o emissor tão sozinho como perante o eco, ou talvez aterrorizado frente às repetições do eco. Para não devolver *terror sem nome*, é necessário, e particularmente na clínica, utilizar os diversos recursos (observação, explicitação, explicação, descrição, assinalamento, interpretação) de que dispomos para conter os fenômenos e as emoções no continente das palavras...embora a primeira contenção seja fornecida sempre pela observação. Quando Fisher (1995) disse a Meltzer: “Penso que uma das contribuições importantes introduzidas por você é a sua ênfase na interpretação como observação mais do que como explicação. Poderia falar um pouco mais da observação no consultório?” (p.123), Meltzer lhe responde: “No campo psicanalítico tive vários mestres dos quais tomei várias coisas. De Mrs. Klein tomei a interpretação. De Money-Kyrle a paciência e a doçura. De Bion, o pensar. Mas foi de Mrs. Bick que aprendi a observação. Ela era uma grande observadora – não só em observação de bebês, mas também em observação clínica. Creio que não é algo fácil de aprender porque, no nosso ambiente intelectual, se põe muita ênfase na palavra, ênfase essa equivocada na precisão da linguagem recolhida – está melhor sobre papel, tem que escrever para fixar, etc. Mas a questão é que a observação psicanalítica do que dizem as pessoas tem tanto a ver com coisas que não podem ser escritas – não só a dimensão musical do que dizem, mas coisas em que a escuta e a interpretação estão tão unidas que se trata do que tenho chamado a temperatura e a distância da comunicação, que são tão importantes na situação psicanalítica, tanto a observação da temperatura que emana do paciente, como a observação da temperatura que emana de você e se esta faz subir ou baixar a temperatura que emana do paciente. E, também, observar o assunto da distância, porque a intimidade requer certo estreitamento da distância da conversa, o mesmo que alguém faz automaticamente em uma festa, por exemplo. Variar a distância da pessoa com a qual se está falando comporta um significado tremendo: se te aproximas de uma mulher uma polegada a mais, ela pode achar isso uma violência e coisas assim” (p.123-124)¹³. É tal o campo *magnético* que se

13. Num contexto íntimo como o que resulta da entrevista com J. Fisher, Meltzer, alguns anos mais tarde e com a sinceridade que o caracterizava, nos disse, na supervisão do caso Xavier: “Eduquei-me numa crença absoluta na interpretação correta da Sra. Klein. Custou-me vários anos recuperar-me de tudo isto; para mim também era uma espécie de desilusão. Uma interpretação é uma afirmação metapsicológica de um drama, um drama de transferência e contratransferência, e tem relativamente pouco a ver com os processos de desenvolvimento da história; tudo ocorre ali, na sala de consulta, salvo quando se escapa e se faz um acting out”.





Carlos Tabbia

cria na intimidade do encontro analítico que cabe interrogar-se sobre qual o meio mais idôneo para conter essas temperaturas. Perante tal dúvida, impõe-se a necessidade de explorar, esperando que surja uma intuição. Para a referida exploração é fundamental “(...) fazer observações psicanalíticas e comunicá-las ao paciente. Não creio que os conceitos sejam muito importantes, exceto na medida em que os conceitos te permitem observar coisas que de outra maneira não terias percebido” (idem, p.120). Mas, perante o campo da relação analítica que é o que cabe interpretar: “Tudo o que é visível na sala é suscetível de interpretação, e por interpretação, é claro, quero dizer principalmente descrição. A interpretação do significado está tão implícita na descrição que realmente não é uma questão a parte” (idem, p.121). Chegamos assim a uma afirmação essencialmente bioniana: a interpretação é uma descrição; embora nem toda descrição seja interpretação. Por exemplo, a descrição da observação de bebês não é uma interpretação, porque o próprio da interpretação psicanalítica é a descrição na transferência-contratransferência, observável na relação psicanalítica. Mas, tanto na clínica como na observação de bebês, dependemos da intuição. Esse foi o erro de Apprey (1997), ao confundir a descrição fenomenológica (cf. Husserl) com a descrição psicanalítica, pois, como Meltzer (1997) lhe respondeu, “Uma descrição disciplinada só pode tocar a superfície do que tem sido observado, [e] não se tem entendido a profundidade e complexidade dos processos inconscientes e tampouco as limitações da consciência como órgão de atenção” (p.131), dado que a intuição psicanalítica emerge da observação e descrição da relação transferência-contratransferência.

A relação analítica

Distante fica a concepção da interpretação como um saber correto (cf nota 13) que emerge do analista em posse de um suposto saber. O novo modelo de relação, baseado no companheirismo, encontra dois protagonistas trazendo cada um suas próprias descrições, à espera de que surja algum significado, porque ambos confiam em que as emoções, embora em luta com as anti-emoções, tomem uma forma simbólica: “Ao tentar, mesmo assim, dar uma forma verbal, uma representação verbal, aos pensamentos contidos nos sonhos, nas brincadeiras das crianças ou nas reações transferenciais, os preparamos, também, para formas mais sofisticadas de investigação, prova da realidade e coerência lógica. Mas é a poesia do sonho a que capta e dá uma representação formal às paixões que são o significado de nossa experiência para que possam ser utilizadas pela razão” (Meltzer, 1983, p.51). Mas a poesia do sonho ou da relação clínica padece, quando





tentamos descrevê-la, ou quando uma explicação a satura. A questão é como colaborar para que o *comitê* possa fabricar seus símbolos. Tratar-se-ia de estar perto dos fatos, observando-os e emprestando-lhes palavras para descrever a experiência emocional no território íntimo do vínculo analítico, com a secreta esperança de que, no diálogo entre os objetos internos, a função alfa desses mesmos objetos produza lampejos de significados oferecidos como intuições. Parthenope Bion (1994) disse que “Somente desde Bion se começa a usar a função alfa como uma qualidade da mente que o analista pode utilizar especificamente no seu próprio trabalho, afinando-a como um instrumento, aprendendo a utilizá-la criativamente. Para aprender a usá-la, entendo que se deve fazer um esforço na disciplina necessária para se estar relaxado, sem memória nem desejo, sem a urgência de dizer algo, de outorgar um significado circunscrito aos fatos da sessão. Esta disciplina parece favorecer a emergência do próprio inconsciente, dos ideogramas dos elementos alfa, que não podem ser nunca forçados a se mostrar, mas só podem ser convidados a fazê-lo” (p.20). Será necessário, pois, um estado mental com predominância do segundo pólo da dinâmica $Ps \leftrightarrow D$, uma disposição a viver sob a égide de tais objetos responsáveis por fabricarem para nós esses elementos alfa que “...pode-se suportar”, diz Bion (1994, p.198, trad. espanhola), “que são mentais e individuais, subjetivos, altamente pessoais, particulares e, inequivocamente pertencentes ao campo da epistemologia de uma pessoa em particular. O exemplo que dei da imagem visual da igreja é em alto grau particular e deve considerar-se como pertencente ao nível mais baixo dos dados empíricos verificáveis. No contexto em que o citei, nem sequer é um símbolo, embora, uma vez que o indivíduo experimentou tal imagem, não haja nada que possa impedir sua aparição em outros contextos executando as funções que normalmente são atribuídas aos símbolos” (p.198). A hipótese mais radical para o trânsito do sensual ao simbólico é dispor de coragem suficiente para abandonar os suportes da realidade sensível: o requisito será “(...) a observação vivencial da experiência, na qual significado e forma se expandem mutuamente e a mente cresce” (Meg Harris Williams, 1983, p.78), embora a todos “inquieta passar da medição da quantidade para a descrição da qualidade” (Meltzer e Meg Harris Williams, 1988, p.458) porque o conflito que se tem de tolerar é o do impacto da beleza. Se apelarmos, como suposição necessária, à metáfora digestiva do aparelho para pensar, poderíamos concluir, citando outra vez Meg Harris Williams (1983): “Seu processo de digestão corresponderia (em termos dos trabalhos teóricos de Bion) à transição dos elementos beta aos elementos alfa, capazes de uma organização estética sobre uma tela; em termos metafóricos do movimento mental, uma matéria prima de experiência sensorial é transformada em símbolos para o pensamento. A tarefa do comitê de arte





Carlos Tabbia

não consiste em formular uma solução última ou etiquetar as eleições, senão em criar uma forma cujo padrão subjacente estético torne possível a recepção do pensamento” (p.82) em uma busca sem fim, tolerando a turbulência do impacto estético sob o mistério do *O*.

* * *

Uma área dos problemas simbólicos de certa clínica foi percorrida. Reconheceram-se tanto as limitações da linguagem para nomear quanto as do sujeito perante as verdades próprias e as do mundo externo. Também se mencionou que um dos problemas observados é o daqueles que afirmam o que não viram e são assertivos com o desconhecido, permanecendo perdidos – sem serem clinicamente psicóticos – num mundo de palavras que só vislumbram fugazmente. Um dos recursos iniciais e fundamentais no trabalho clínico é o de acompanhá-los nos descobrimentos dos objetos do mundo, colaborando no desenvolvimento da sua capacidade de observação, sem a qual ficariam excluídos da dimensão simbólica. Quando o analista dispõe de uma adequada capacidade de *rêverie*, pode conter com suas observações, descrições e interpretações os rudimentos de significados para oferecê-los ao analisado, com a esperança de que mais tarde os recolha e isso contribua para o desenvolvimento das funções simbólicas dos objetos internos. Para transitar por um caminho assim, misterioso e enigmático, como um geólogo apaixonado, o analista deverá tolerar a turbulência da descrição minuciosa, suportando o espanto ante o desconhecido; terá de estar dotado de paciência e capacidade poética como para sustentar o salto ou mudança catastrófica do sensível ao intuível. O salto para a intuição exige a disponibilidade do analista para observar globalmente o paciente, além do texto das palavras, quase mais pendente dos silêncios e dos ritmos do que da semântica para aceder à significação. Permanece atual aquela recomendação de um velho mestre: *para desenvolver a intuição clínica, leia poesia*. □

Abstract

Observation and description in the genesis of meaning

The paper discusses the clinical issue of psychopathologies whose main problem is difficulty in thinking. According to the author, this difficulty originates from the incapacity to achieve the symbolic, due to a previous flaw that occurs in the observation itself of facts. It performs a profound study of the phenomena of





observation and description of facts, defining them as essential preliminaries to reach the symbolic. Finally it affirms interpretation and thence emphasizes how important it is for the analyst to manage to live with what is uncertain and enigmatic, in order to use intuition.

Keywords: observation, description, meaning, intuition, symbolic.

Resumen

Observación y descripción en la génesis del significado

El trabajo aborda la cuestión clínica de psicopatologías que presentan como problemática principal la dificultad para pensar. Según el autor, esa dificultad se origina de una incapacidad para alcanzar lo simbólico por una falla anterior, que se da en la propia observación de los hechos. Realiza un estudio profundo acerca de los fenómenos de observación y descripción de los hechos, definiéndolos como preliminares esenciales para alcanzar lo simbólico. Por fin, afirma la interpretación como descriptiva y, desde ahí, resalta la importancia del analista soportar convivir con la inseguridad y lo enigmático, para llegar a utilizarse de la intuición.

Palabras llave: observación, descripción, significado, intuición, simbólico.

Referências

- ANSCOMBE, G.E.M. (1967). *An introduction to Wittgenstein's tractatus*. London: Hutchinson University.
- APPREY, M. (1997). When disciplined description precedes interpretation: slowing down Meltzer's account of *sincerity* to reinsert description in post-kleinian phenomenology. *Journal of Melanie Klein and Object Relations*, v. 15, n. 1, p.91-130.
- BICK, E. (1964). Notes on infant observation in psychoanalytic training. *International Journal of Psychoanalysis*, v. 45, n. 4, p.558-566. Trad. em espanhol na *Rev. de Psicoanálisis de la APA*, v.1, 1967, p.97-115.
- BION, P.T. (1994). Las estructuras mentales escondidas. *Revista de Psicoanálisis APdeBA*, v. 16, n. 1, p.7-21.
- BION, W. (1962). *Learning from Experience*. London: Heinemann [Reimpreso por Karnac en 1984]. Em espanhol: *Aprendiendo de la experiencia*. Barcelona: Paidós, Ibérica, 1980.
- . (1963a). *Elements of psycho-analysis*. London: Heinemann Medical Books. Em espanhol: *Elementos em psicoanálisis*. Buenos Aires: Hormé, 1966.
- . (1963b). *Two Papers: The Grid and Caesura*. Rio de Janeiro: Imago, 1977.
- . (1965). *Transformations: change from learning to growth*. London: Heinemann Medical



- Books, 1968. Em espanhol: Centro Editor de América Latina: Buenos Aires, 1968. Las transcripciones en castellano son las del Centro Editor de A. L. Recientemente se ha realizado una nueva edición, traducida por R. Puchades P. y publicada por editorial Promolibro, Valencia, 2001
- . (1967a). Notes on memory and desire. *Psychoanalytic Forum*, vol.2, n.3, p.271-280. Em espanhol: Notas sobre la memoria y el deseo. *Revista de Psicoanálisis de APA*, v. 26, n. 3, 1969, p.679-682.
- . (1967b). *Second thoughts*. London: Heinemann Medical Books. Em espanhol: *Volviendo a pensar*. Buenos Aires: Hormé, 1977, 2ª ed.
- . (1970). *Attention and interpretation*. London: Tavistock. [Reprinted London: Karnac Book, 1984]. Em espanhol: *Atención e Interpretación*. Buenos Aires: Paidós, 1974.
- . (1991). *A memoir of the future*. London: Karnac Books. Em espanhol: *Memorias del Futuro*. Madrid: Julián Yebenes, 1995.
- . (1994). *Cogitations*. London: Karnac Books, 1996. Em español: *Cogitaciones*. Valencia: Promolibro, 1996.
- BRENMAN PICK, I. (1985). Working through in the counter-transference. *International Journal of Psycho-Analysis*, v. 66, n. 1, p.157-166.
- BRUTTI, C.; SCOTTI, F. (1984). Osservazione – conflitto – bisogni. *Quaderni di psicoterapia infantile: L'osservazione*, v. 4, n. 1, p.23-28.
- BORGES, J.L. (1968). *Ficciones*. Buenos Aires: Emecé.
- CARRIÓN, I. (2002). Narices de oro. *El País Semanal*, Madrid, v. 1329, p.31-38.
- COHEN, M.; NAGEL, E. (1968). *Introducción a la lógica y al método científico*. Lógica aplicada y método científico. Buenos Aires: Amorrortu. v. 2.
- DI CARLO, A. (1984). Osservazione e apprendimento. *Quaderni di psicoterapia infantile*, v. 4, n. 1, p.29-41.
- FERRATER MORA, J. (1965). *Diccionario de Filosofía*. Buenos Aires: Sudamericana, 2 v.
- FISHER, J. (1995). Donald Meltzer in discusión with James Fisher. In: RUSZCZYNSKI, S.; FISHER, J. *Intrusiveness and intimacy in the couple*. London: Karnac Books, 107-144.
- FREUD, S. (1911). *Formulaciones sobre los dos principios del acaecer psíquico*. In:———. Buenos Aires: Amorrortu, ed. XII, 1976, 217-231.
- . (1915). *Pulsiones y sus destinos*. Buenos Aires: Amorrortu ed., XIV, 1976, 105-134.
- GREEN, A. (2000). ¿Tiene la sexualidad alguna relación con el psicoanálisis? *Revista de Psicoanálisis de APdeBA*, v. 22, n. 3, p.673-698.
- HARRIS, M. (1984). L'individuo nel gruppo: apprendere a lavorare con il metodo psicoanalitico. *Quaderni di psicoterapia infantile: L'osservazione*, v. 4, n. 1, p.79-98.
- LANGER, S. (1962). *Philosophical sketches*. Baltimore: John's Hospital Press. Em espanhol: *Esquemas filosóficos*. Buenos Aires: Nova, 1971.
- MAGAGNA, J. (1997). Tres años de observación de bebés con la señora Bick. *Revista de Psicoanálisis de APdeBA*, v. 19, n. 1-2, p.197-226.
- MELTZER, D. (1968). Una nota sobre la receptividad analítica. In:———. (Ed. Hahn, A.). *Sinceridad y otros trabajos: obras escogidas de Donald Meltzer*. Buenos Aires: Spatia, 1997, p 143-147.
- . (1973). Interpretación rutinaria e interpretación inspirada. Su relación con el proceso de destete en el análisis. In:———. (Ed. Hahn, A.). *Sinceridad y otros trabajos: obras escogidas de Donald Meltzer*. Buenos Aires: Spatia, 1997, 275-292.
- . (1976). Dimensiones técnicas de la interpretación: la temperatura y la distancia. In:———. (Ed. Hahn, A.). *Sinceridad y otros trabajos: obras escogidas de Donald Meltzer*. Buenos Aires:



- Spatia, 1997, 369-382.
- . (1978). Una nota sobre los procesos introyectivos. In:———. (Ed. Hahn, A.). *Sinceridad y otros trabajos: obras escogidas de Donald Meltzer*. Buenos Aires: Spatia, 1997, 387-398.
- . (1983). *Dream-life. A re-examination of the psychoanalytical theory and technique*. Perth Clunie. Em espanhol: *Vida onírica: una revisión de la teoría y de la técnica psicoanalítica*. Madrid : Tecnipublicaciones, 1987.
- . (1986). *Studies in Extended Metapsychology: Clinical Applications of Bion's Ideas*. Perthshire, Scotland: Clunie Press. Em espanhol: *Metapsicología ampliada: aplicaciones clínicas de las ideas de Bion*. Buenos Aires: Spatia, 1990.
- MELTZER, D. (1990). Conferencia pronunciada por el Dr. Donald Meltzer en APdeBA, *Revista de Psicoanálisis de APdeBA*, v. 12, n. 1, p.123-134.
- . (1992). *The Claustrium: An Investigation of Claustrophobic Phenomena*. Perthshire, Scotland: Clunie Press. Em espanhol: *Claustrium: una investigación de los fenómenos claustrofóbicos*. Buenos Aires: Spatia, 1994.
- . (1997). Reply to Maurice Apprey's paper. *Journal of Melanie Klein and Object Relation*, v. 15, n. 1, p.131-132.
- . (1999). Diálogos clínicos con Donald Meltzer. *Revista de Psicoanálisis de APdeBA*, v. 21, n. 1/ 2. Número monográfico.
- . (2000). Concerning signs and symbols. In: www.appliedpsychoanalysis.com, acessado em outubro de 2002.
- MELTZER, D.; CASTELLÀ, R.; TABBIA, C.; FARRÉ, L.L. (2003). *Supervision with Donald Meltzer*. London: Karnac.
- MELTZER, D.; WILLIAMS, M. H. (1985). Tres conferencias sobre Memorias del futuro de W. R. Bion. In:———. *Sinceridad y otros trabajos: obras escogidas de Donald Meltzer*. Buenos Aires: Spatia, 1997, 451-482.
- . (1988). *The Apprehension of Beauty*. Perthshire, Scotland: Clunie Press. Em espanhol: *La aprehensión de la belleza: el papel del conflicto estético en el desarrollo, la violencia y el arte*. Buenos Aires: Spatia, 1990.
- MONEY-KYRLE, R. (1978). *Collected Papers of Roger Money-Kyrle*. London: Karnac, 389-396.
- PLATÓN. (SD [1968]). Eutidemos. In: Bergua, J. B. *Diálogos Segundo Hippias-Protágoras-Eutidemos-Gorgias*. Madrid: Clásicos Bergua, 1968, 5. ed.
- RUSELL, B. (1919). Descripciones. In: VALDÉS VILLANUEVA, L. (editor). *La búsqueda del significado*. Madrid: Tecnos, 1991, 46-56.
- . (1922). Introducción. In: WITTGENSTEIN, L. (1918). *Tractatus Logico-Philosophicus*. trad. Enrique Tierno. Galván, Madrid: Revista de Occidente, 1957.
- SAMAJA, J. (1993). *Epistemología y metodología. Elementos para una teoría de la investigación científica*. Buenos Aires: EUDEBA, 1995.
- SEARLE, J. R. (1967). Nombres propios y descripciones. In: VALDÉS VILLANUEVA, L. (editor). *La búsqueda del significado*. Madrid: Tecnos, 1991, 83-93.
- SEGAL, A. (1975). A psychoanalytical approach to the treatment of schizophrenia. In:———. *La obra de Hanna Segal: un enfoque kleiniano de la práctica clínica*. Buenos Aires: Paidós, 1989.
- TERRICABRAS, J. M. (1997). Introducción. In: WITTGENSTEIN, L. (1958) *Philosophical investigations*. Oxford: Blackwell, p.5-46. Tradução Catalã de J. M. Terricabras. Barcelona: Ediciones 62, 1997.
- TODOROV, T. (1970). La descripción de la significación en la literatura. In: BARTHES, R. et al. *La semiología*. Buenos Aires: Tiempo Contemporáneo.
- WILLIAMS, M. H. (1983). Underlying pattern in Bion's Memoir of the Future. *International Re-*





Carlos Tabbia

view Psychoanalysis., v. 10, n. 1, p.75-86.

———. (1997). Reply to Dr. Apprey's paper. *Journal of Melanie Klein and Object Relation*, v. 15, n. 1, p.133-134.

WISDOM, J. (1965). *Paradox and Discovery*. Oxford: Blackwell.

WITTGENSTEIN, L (1918). *Tractatus Logico-Philosophicus*. Madrid: Revista de Occidente, 1957. Introdução de Bertrand Russell, trad. Enrique Tierno Galván.

———. (1958). *Philosophical Investigations*. Oxford: Blackwell. Tradução Catalã de J. M. Terrabras. Barcelona: Edicions 62, 1997.

Recebido em 17/09/2004

Aceito em 05/01/2005

Tradução e **Marcela Miranda**

Revisão técnica de **Maria Elisabeth Cimentí, César Luís de Souza Brito e Gisha Brodacz**

Carlos Tabbia

Putget 81, 4º 2ª

08023 – Barcelona – Espanha

tabbiadespacho@hotmail.com

© Revista de Psicanálise – SPPA